

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS - UNEAL
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - **PROGRAD**
PROGRAMA DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DE ALAGOAS -
PROLIND
CURSO DE LICENCIATURA INDÍGENA DE ALAGOAS - **CLIND-AL**
CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA EM HISTÓRIA

MÁRCIA DA SILVA DAMASCENO AMORIM

**O ÍNDIO NO LIVRO DIDÁTICO: UMA IMAGEM QUE NÃO REFLETE O POVO
KOIUPANKÁ**

**PALMEIRA DOS ÍNDIOS-AL
2015**

MÁRCIA DA SILVA DAMASCENO AMORIM

**O ÍNDIO NO LIVRO DIDÁTICO: UMA IMAGEM QUE NÃO REFLETE O POVO
KOIUPANKÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso/ TCC, em forma de Artigo, apresentado no Curso de Licenciatura Intercultural em História, do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena de Alagoas/CLIND-AL, vinculado ao Programa de Licenciatura Intercultural Indígena/PROLIND, ofertado pela Universidade Estadual de Alagoas/ UNEAL, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Me. José Adelson Lopes Peixoto

PALMEIRA DOS ÍNDIOS –AL
2015

O ÍNDIO NO LIVRO DIDÁTICO: UMA IMAGEM QUE NÃO REFLETE O POVO KOIUPANKÁ

Márcia da Silva Damasceno Amorim¹
José Adelson Lopes Peixoto²

RESUMO: Este artigo discute a historiografia do indígena brasileiro reportada nos livros didáticos através das imagens/pinturas e escritos. É fruto de uma pesquisa bibliográfica e de campo, realizadas entre fevereiro e maio de 2015, com 200 populares do município de Inhapi, além de 420 alunos do Ensino Fundamental e Médio, e 14 professores de duas escolas públicas. As entrevistas mostraram o modo pelo qual esses alunos e professores veem o indígena na atualidade, além de analisar como os livros didáticos utilizados em sala de aula contribuem para essa idealização estereotipada dos indígenas, calçada nas imagens e paradigmas que foram construídos nos documentos oficiais do Brasil desde 1500 quando foi iniciada a invasão/colonização do país. Outro aspecto contemplado é uma reflexão acerca da autoimagem do indígena com base em depoimentos obtidos a partir da colaboração de alunos Koiupanká da Escola Estadual Indígena Ancelmo Bispo de Souza. Este artigo, portanto, é de propósito qualitativo embasado na ideia de compreender os processos de construção da identidade do índio, a resistência dos povos apesar da discriminação e sobre o quanto a escola e historiografia utilizada por ela influenciam na errônea visão negativa da sociedade perante os indígenas, numa insistência discriminatória de comparar e validar quem é indígena ou não desconsiderando a história dos povos, organização social e política, suas crenças e valores. Teoricamente, esta pesquisa está apoiada nos pressupostos de Amorim, Chicangana-Bayona, Grupioni, Tacca e Vieira, que nos incitam a um profícuo debate sobre o lugar e a imagem do índio na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Livro didático. Índios. Estereotipo. Preconceito. Imagem.

Introdução

Este trabalho está embasado nas reflexões alusivas à socialização do ensino de história, referente à historiografia dos indígenas brasileiros, que é reproduzida e ministrada a partir de um estereótipo existente sobre as imagens construídas por cronistas e viajantes do período colonial, fazendo menção de maneira desprezível ao '*ser indígena*' como bárbaro, exótico e selvagem. Nesta perspectiva, a sociedade brasileira foi oclusa, e passou a ter uma concepção de que os indígenas seriam e devem ser até hoje, exatamente como descritos nos compêndios e manuais didáticos, assim como relatou Pêro Vaz de Caminha³ em sua carta ao rei Dom. Manuel

¹ Indígena Koiupanká; Professora do Ensino Fundamental na Escola Estadual Indígena Ancelmo Bispo de Souza – Povo Koiupanká, há seis anos. Acadêmica do Curso de História do programa de Licenciatura Indígena (PROLIND) da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. e-mail: rm-magazine@hotmail.com

² (Orientador) Mestre em Antropologia (Universidade Federal da Paraíba - UFPB) e Mestre em Ciência da Educação (Universidade Internacional de Lisboa - UIL. Especialista em Programação do Ensino de História (Universidade de Pernambuco - UPE). Atualmente é coordenador pedagógico do ensino fundamental e médio no Centro Educacional Cristo Redentor e Professor Assistente na Universidade Estadual de Alagoas, onde leciona as Disciplinas de Antropologia Cultural, Técnica e Pesquisa em História e História Indígena e Coordena o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena em História, projeto do PROLIND/SECAD/MEC.

³ Escrivão da Frota de Pedro Álvares Cabral que fez o primeiro registro escrito sobre o Brasil em sua carta ao rei D. Manoel I.

I, quando lhe comunica sobre o "achamento"⁴ da terra brasileira. Com isso, as reproduções históricas do Brasil desde aquela época aos dias atuais fazem referências aos povos nativos, partindo desse olhar europeu, criando e fixando uma imagem desqualificatória quanto à aparência, cultura e costume dos povos.

Contudo, é preciso reconhecer que as cartas são documentos importantes que ultrapassam seu período de criação e influenciam na reprodução histórica do Brasil. Ainda assim, se faz necessário analisar os escritos com um olhar crítico nas diversas abordagens que elas proporcionam, pois, as mesmas deixam evidente apenas o ponto de vista do autor quando descreve as relações e reações dos nativos com a expedição.

As versões relacionadas aos indígenas também se configuram sobre a concepção do estrangeiro Américo Vespúcio, nas traduções de seus escritos ao chegar à nova terra para certificação do achamento. Assim, na edição da *Mundus Novus*⁵, os nativos foram representados por meio de uma xilogravura de Johan Froschauer⁶ (1505), sendo esta uma das primeiras imagens dos índios que fortaleceu a construção etnocêntrica e estereotipada dos povos indígenas do Brasil.

A imagem de Froschauer (1505) retrata uma cena cotidiana dos povos originários, porém destaca uma má conduta, de acordo os princípios validados pela coroa portuguesa e mantidos pela sociedade brasileira, atualmente. A imagem retrata a antropofagia como banquete e não como ritual, criando e difundindo a ideia do canibalismo como marca identitária dos habitantes do Brasil quando essas terras foram conquistadas e colonizadas pelo português. Nesse contexto, a xilogravura foi elaborada de forma indutiva na formação ideológica da sociedade brasileira, que descreve o indígena a partir dessa imagem.

A chegada dos missionários jesuítas ao Brasil, com a missão de evangelizar os nativos, iniciou um processo de inculturação dos povos indígenas da época. Diante das concepções de pecado instituídas pelos colonizadores, esse processo evangelizador veio desrespeitosamente minimizar e até suplantando muitos dos costumes e tradições dos povos da terra. Acreditando que se tratava de homens sem leis que não possuíam almas, foi dado início a um processo educacional pautado em um conjunto de valores da Europa que se traduziam como armas de 'domesticação'. A educação concebida impelia o indígena a um regime que combinava trabalho, obediência e religiosidade.

⁴ Termo utilizado para referir-se a chegada dos portugueses ao Brasil e encontraram as terras brasileiras.

⁵ Carta atribuída a Américo Vespúcio, foi impressa em Augsburg em 1505. (Visões de terras, canibais e gentios p.36)

⁶ Autor da Xilogravura que ilustra a primeira edição da *Mundus Novus* – configurada como uma das primeiras imagens do índio no Brasil. (Visões de terras, canibais e gentios p.36).

Nesse cenário, nasce todo um processo de civilização que ao nativo foi imposto. É interessante perceber que o Índio tinha que ser ‘civilizado’ para viver amigavelmente com o estrangeiro que se apossava do território; se assim não fosse, não poderia haver boa convivência. Os nativos rebeldes eram dizimados sem nem um pudor. Entretanto, na atualidade a sociedade brasileira procura as características ancestrais físicas e culturais para afirmar que o indivíduo é de fato possuidor da descendência de um povo etnicamente diferenciado.

Podemos então declarar que a visão desfigurada do indígena, criada e demonstrada dentro das unidades escolares, é decerto herança desse modelo de educação que foi estabelecido como padrão de ensino em épocas jesuíticas. De modo que, mesmo depois de séculos e com a disposição do art. 231 do capítulo VIII da Constituição de 1988, que determina “ser reconhecidos aos Índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”. (BRASIL, MEC /SECAD, 2005, p.16), esse reconhecimento fica ativo somente nos parâmetros da lei constitucional e no imaginário oculto da esperança da sociedade nativa referida.

Os povos indígenas do alto sertão Alagoano, a exemplo o povo Koiupanká, vivem sobre esse manancial de visões estereotipadas devido à representação figurada na historiografia brasileira, pintada, escrita ou verbalizada do nativo. A seguir, são apresentadas três imagens capturadas de alguns dos principais livros didáticos. É a partir delas que o aluno da Educação Básica (onde há adoção desses livros) constrói a imagem do índio e os que não se enquadrarem nela ficam invisíveis ou inexistentes.

Nesse contexto, a escola passa a discutir, quando o faz, a história de um indivíduo do passado, incapaz de assimilação ou de hibridismo cultural, um ser estanque e que não sofreu com os padrões impostos pelo colonizador. Assim, o aluno apreende a falsa ideia de que apenas nas comunidades isoladas ainda é possível encontrar indígenas.



FIGURA 1- Xilogravura Mundus Novus, Augsburg, 1505.
FONTE: Chicangana-Bayona, 2010, p. 37



FIGURA 2- Indígenas do Xingu
FONTE: Boulos Júnior, 2014, p.87

Estas e outras imagens semelhantes foram imortalizadas pela descrição dos primeiros escrivães da história brasileira, quando descrevem os povos indígenas do Brasil nas suas especificidades culturais, generalizando os costumes e tradições dos mesmos. Portanto, estas imagens foram solidificadas no livro e no imaginário da população, sendo divulgada e perpetuada nas salas de aula como descrição fiel dos nativos brasileiros.

A Imagem do Índio: projeções do imaginário visíveis no livro didático

A educação escolar é substancial na vida das pessoas por oportunizar a aquisição e construção de conhecimentos não somente cognitivos, mas culturais e sociais. Trata-se de processos complexos de formação que possuem especificidades, entre elas a responsabilidade de formar alunos e cidadãos críticos.

O livro didático, muitas vezes, é o único manual acessível à maioria dos estudantes da Educação Básica e tem um papel salutar na formação ou deformação de conceitos na criação de estereótipos e na perpetuação de valores, mitos e ‘verdades históricas’. Por esse motivo, deve ser analisado meticulosamente antes de ser adotado nas escolas. A importância da análise ou da falta de critérios definidos na escolha leva à adoção de um material que pouco ou nada contribui para a real formação crítica do indivíduo.

Nas escolas, a questão das sociedades indígenas, frequentemente ignorada nos programas curriculares, tem sido sistematicamente mal trabalhada. Dentro da sala de aula, os professores revelam-se mal informados sobre o assunto, e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil (GRUPIONI, 1996, p. 424).

Analisando a historicidade proveniente da definição feita pela maioria dos livros didáticos de história do Brasil, percebe-se que esses livros descrevem o indígena a partir da imagem do colonizador.

Assim, os episódios exploratórios que obrigaram aos indígenas de outrora a tornarem-se ‘civilizados’ são ocultados e esquecidos. Por isso, a sociedade atualmente procura identificar os nativos pelas características físicas ancestrais, o que gera um processo intenso de discriminação étnico racial ao não reconhecimento da ancestralidade do ‘outro’ por não possuir características visíveis, idênticas aos indígenas descritos nas páginas dos manuais didáticos, folheadas desde a educação infantil. Em vista disso, configura-se a historiografia do indígena brasileiro, manuseado nas páginas dos materiais didático, de forma fragmentada e contraditória.

Neste cenário onde o índio aparece sempre no pretérito “O que parece mais grave neste procedimento é que, ao jogar os índios no passado, os livros didáticos não preparam os alunos para entenderem a presença dos índios no presente e no futuro.” (GRUPIONI, 1996, p.429).

A historiografia indígena, assim como o seu reflexo na sociedade, despertou-me para uma análise bibliográfica dos manuais de história em uso neste ano letivo (2015). Desse modo, analisando as descrições históricas referentes aos nativos no livro didático de história de José Geraldo Vinci de Moraes, volume 2, utilizado nas escolas alvo desta pesquisa. Percebe-se, exposto em curtos parágrafos da obra, o extermínio do indígena contemporâneo que é retratado apenas no contexto da colonização portuguesa, ignorando a sua resistência e luta por espaço e respeito aos costumes e tradições. Além disso, nos escritos, há uma visão homogênea ao referir-se aos nativos brasileiros, não considerando as especificidades culturais frente à diversidade étnica existente. Assim, configura-se nas entrelinhas que esse povo ficou apenas na memória histórica do Brasil.

No contexto apresentado no primeiro capítulo desta mesma obra, o autor traz uma imagem da tela *Dança dos Tapuias* (1641-1644) de Albert Eckhout. Para referenciar esses *habitantes do Brasil*, perpassando para o leitor a ideia representativa pela imagem do nativo brasileiro.

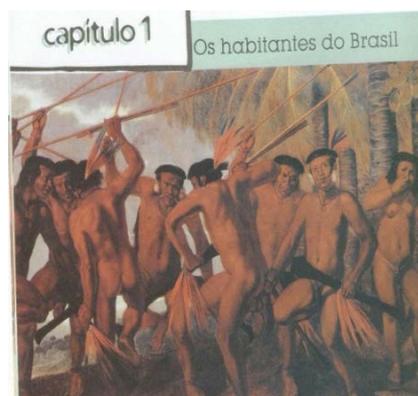


FIGURA 4- Dança tarairiu (tapuia).
FONTE: Moraes, 2013 p.10.

A imagem possui aspectos de uma visão descrita por Caminha e posteriormente por Américo Vespúcio quando descrevem os indígenas. “Essas pessoas andam nuas, são bonitas e têm uma cor de pele acastanhada, sendo bem construídas de corpo. Cabeças, pescoços, braços, vergonhas e pés, tanto de homens quanto de mulheres, são enfeitados com penas.” (CHICANGANA-BAYONA, 2010, p.37).

No mesmo capítulo o livro apresenta *Mulher Tupi* (1643), obra Albert Eckhout, importando elementos do processo de aculturação.



FOTO 5. Mulher Tupi (1643).
FONTE: Moraes, 2013, p. 13

Nesta imagem, a índia está segurando uma criança mestiça e utiliza trajés de algodão típicos da cultura europeia, além disso, traz na cabeça um cesto com diversos objetos, inclusive uma rede. Há ainda na tela a representação de uma típica casa grande de inícios do século XVII. Com essa imagem, pretende-se mostrar o processo de aculturação sofrido pelos índios, como um processo lento natural, ocorrido ao longo dos anos, que extermina os costumes ancestrais.

Mostra o nativo perdendo sua identidade cultural para então dizer que hoje, diante do processo civilizatório não existem mais indígenas. E, se por ventura existirem, são os que estão nas matas sobrevivendo de forma precária, sem contato com o mundo externo.

Diante dessas apresentações iconográficas, é perceptível a alusão que se perpetua a esses povos. Quando no contexto abordado pelo autor do livro analisado, poderia estar se referindo aos *habitantes do Brasil*, a resistência dos nativos diante de um processo histórico de dizimação, à luta incansável para se conquistar um espaço diante de uma sociedade que os ignora, discrimina e exclui. E não somente um contexto memorável de 1500. É certo que devemos contar o drama histórico do “descobrimento” com todas as suas proezas. Mas, não devemos nos prender somente ao início dessa narração. Há todo um processo de organização social, de políticas, lutas, ressignificações, e valores tradicionais que necessitam de uma atenção particular.

Ainda sobre esta análise, observamos a obra de Flávio de Campos e Regina Claro, no livro de 6º ano, do ensino fundamental no que diz respeito à referência da temática indígena. No capítulo 8, das páginas 216 a 221, o autor discorre sobre a conquista das “novas terras”. Relata a chegada dos portugueses ao Brasil, a partir da visão dos colonizadores. Neste contexto, descreve o colonizador nomeando o que avistava como forma de exercer o domínio e controlar simbolicamente o que se nomeava.

Desse modo, a historicidade vinculada é apresentada remetendo a uma viagem no tempo apresentando o olhar europeu sobre as terras encontradas. Entre outras descrições, a obra disserta os índios na condição de “preguiçosos”, por não haver ali plantações, nem criação de animais, fazendo referências aos descritos da carta de Pero Vaz de Caminha. As narrações seguem contundentes e fortes alusivas aos nativos no período colonial. Fixando no imaginário do educando a ideia do indígena como um ser invisível, no processo de desenvolvimento.

De acordo a definição de Grupioni, (1996).

Os livros didáticos são deficientes no tratamento da diversidade étnica existente no Brasil, tanto em termos históricos como atuais: um conjunto de informações incorretas, incompletas ou descontextualizadas sobre os índios acaba gerando ou reforçando o preconceito e a discriminação. (GRUPIONI, 1996 p. 434,435).

Nesse sentido, embasado pela necessidade de verificar o conhecimento prévio dos alunos com relação a temática indígena, pela justificativa da construção ideológica estigmatizada dentro da sociedade inhapiense, campo desse estudo, foi realizada uma pesquisa etnográfica, com 08 (oito) turmas do Ensino Fundamental da Escola Municipal Luís Celso Malta Brandão, e 06

(seis) turmas do Ensino Médio da Escola Estadual Nezinho Pereira, entre os meses de fevereiro e maio com aproximadamente 420 alunos, no total.

No ato da pesquisa pedimos que descrevessem oralmente, o que compreendiam sobre os povos indígenas brasileiros. Indagamos se no município, (Inhapi) existem povos indígenas e se algum dos alunos os conhecia. As respostas foram coletadas através de áudios e a partir disso, tivemos um parâmetro da falta de conhecimento dessa temática. A entrevista foi realizada, separadamente, por turma, em forma de diálogo. As perguntas foram lançadas aleatoriamente e os alunos instintivamente respondiam de acordo com seus conhecimentos. As manifestações a cerca dos nativos brasileiros correspondiam previsivelmente aos reflexos da alusão deficiente nos livros didáticos como citado anteriormente.

As declarações nos surpreenderam pelo desprezo ecoado ao descrever o indígena como “feios, sujos, burros, e principalmente que eram maus”. Ainda revelaram-se, desconhecedores da presença de povos indígenas no município. Os poucos que afirmavam, timidamente, conhecer a existência de nativos neste lugarejo, não conseguiam descrever como são esses originários citados, apenas exprimiam que são normais ou não se tratava de índios “de verdade”.

No decorrer do diálogo empreendido, perguntamos: Se por ventura chegasse naquela sala de aula, um índio quem seria amigo dele? Convictos da resposta disseram que não seriam e justificaram a negativa pela má índole do nativo. Assim, das oito turmas do Ensino Fundamental apenas em duas, houve alunos que se declararam contrários aos colegas, afirmando que seriam amigos de um índio. Em uma turma, um aluno anunciou que seu irmão era indígena. Mas, logo tratou em dizer firmemente que ele não era. Em outra, uma aluna disse que quando era menor ela era indígena, inclusive já havia estudado na escola indígena no município, mas naquela ocasião não era mais. É compreensível a negação de identidade pelas crianças por encontrar-se em um espaço de compreensão errônea relacionada à historiografia indígena.

Ainda nesta perspectiva, indagações relacionadas ao objetivo proposto foram dirigidas aos educandos do ensino médio, representados por 06 (seis) turmas de 1º, 2º e 3º ano. Neste âmbito, os entrevistados mostraram-se menos preparados para a temática. Desse modo, ficou evidente que persiste a desinformação, da maioria, sobre a presença dos povos indígenas do município. Nas seis turmas investigadas, apenas 08 (oito) alunos afirmaram saber da existência de povos indígenas no município. Porém, explicando que estes estão inseridos na sociedade, não possuem traços tradicionais, se vestem de modo comum, e preservam costumes tradicionais em seus rituais, que esclarecem não conhecer.

Assim, prosseguem com a insuficiência de saberes para designar o nativo, e em curtas palavras declararam ainda que, existem poucos indígenas sobrevivendo precariamente nas

matas amazônicas. Outros, porém contradisseram expressando que esses nativos recebem do governo um tratamento especial relacionado à saúde. As expressões utilizadas para referir-se ao indígena foram, por unanimidade, com aspectos míticos. Realçaram, portanto, nas entrelinhas a importância do legado cultural deixado pelos primitivos.

Relata a aluna M.A.S.S da turma de 1º ano médio.

Não conheço muito de índio, mas vejo pela televisão que nas matas da Amazônia ainda tem índio original. Que vive como antigamente, nu e sobrevivendo da caça e da pesca de forma muito precária. Não tem contato com a civilização, não tem televisão, não conhecem nada do mundo digital.

Aluno J.S.S do 2º ano médio:

Sabemos que tem índios, no Brasil não só na Amazônia mas em outros lugares. E, o governo destina aos índios uma verba em especial para cuidar da saúde deles. Aqui mesmo, os índios tem um posto de saúde só pra eles. A gente nem pode usar! Eles são importantes porque temos muitos costumes que vem dos índios. E os portugueses aprenderam com eles.

Nesta mesma busca, solicitamos a opinião dos 14 (quatorze) educadores responsáveis pelas respectivas turmas, com as especulações seguintes: De que forma a temática indígena estava sendo inserida no processo de ensino aprendizagem? 04 (quatro) educadores revelaram não trabalhar a temática indígena, exceto na data comemorativa, o dia do índio. 01 (um) - professor afirmou que não trabalha por que no município já tem uma aldeia. 01 (um) – professor disse ter vontade de explorar profundamente a temática, porém sente-se desprovido de materiais didáticos ou materiais relevantes sobre a historiografia do município para efetuar esta idealização. E 07 (sete) - educadores revelaram que reproduzem o conteúdo de acordo o livro didático e as questões indígenas são apresentadas quando alcançam um capítulo que apresente informações concernentes ao nativo.

Assim, também perguntamos: Como descrevem o indígena na sociedade hoje? Surpreendentes foram as respostas, pois a maioria dos professores descreveu a necessidade da valorização étnica racial, compreendendo o nativo no meio social em busca constante de seus direitos. Assim, concluímos que as declarações não são condizentes com a triste realidade evidenciada. Pois, se verte como frutos de uma perspectiva de valores que estão asfixiados na alienação da historiografia traduzida nos manuais.

Depoimento de professores da rede municipal e estadual referente aos questionamentos citados.

Atualmente o indígena busca por dias melhores dentro da sociedade onde vive, porém, não é fácil pois ainda existe a repulsa que a maioria da sociedade faz por achar que o

indígena não tem direito, que não tem alma, que são analfabetos e que não merecem ter uma vida digna. Sei que é difícil, mas, se houver união entre os mesmos e, buscando o mesmo objetivo eles vão sim encontrar o ideal desejado pois, pertencer ao grupo dos excluídos do planeta não é fácil e chegar ao Local almejado será difícil, mas é possível. (M.A.L.B, Abril, 2015)

Continuando, depõe outro profissional.

Identifico os índios como pessoas que lutam pelo seu espaço democrático, numa sociedade que discriminou suas raízes no decorrer da história da colonização da América até os dias atuais. Os indígenas Brasileiros vêm obtendo seus espaços, após anos de lutas de seus direitos que foram negados. (L.L.S Abril 2015)

As abordagens aferidas por professores em sala de aula acerca das formas de vida, cultura e tradições dos povos indígenas, são responsáveis pela formação ideológica da sociedade receptora. Com a inserção da lei 11.645/08, que suscita as discussões da história e da cultura indígena nos currículos do ensino fundamental e médio de toda a rede de ensino pública e privada do país, entende-se obrigatória a abordagem acerca dessas temáticas em sala de aula, a fim de levar a uma compreensão ampliada, desmitificando a caracterização preconceituosa atribuída aos povos afros e indígenas. “É importante deixar o registro de que os livros didáticos continuam se mostrando deficientes, empobrecedores, generalizantes, muitas vezes desatualizados e marcados por erros conceituais, estereótipos e preconceitos”. (GRUPIONI, 1996 p.423).

Diante disso, é necessária uma revisão urgente em relação as ideias e maneira de se elaborar esses materiais devendo haver um olhar atualizado sobre a questão indígena, como vivem estas populações e quais são os seus principais problemas. Sendo este um dos caminhos para se concretizar uma educação escolar promissora de conhecimentos qualificativos na vida social do indivíduo. Este olhar, atualizado sobre a questão indígena, como vivem estas populações e quais são os seus principais problemas é o que falta nas escolas e nos manuais.

Desse modo, o ensino brasileiro tem formado cidadãos descrentes da autenticidade dos nativos existentes, concernindo essa visão europeia de geração a geração com poucas expectativas de mudanças na contextualização e transmissão dos fatos. Por esse motivo é que encontramos na sociedade brasileira e dentro das escolas, indivíduos procurando nos indígenas contemporâneos, especialmente nos habitantes da região nordeste, as características dos nativos de 1500, como lhes foi repassado durante sua vida escolar pelos manuais tradicionais de história.

A pesquisa mostrou, portanto, que a negação da existência dos povos indígenas é também influenciada pela divulgação e utilização desses materiais didáticos mal elaborados,

que percorrem nas unidades de ensino sem uma reflexão acentuada. Com isso, as populações indígenas travam uma luta incansável procurando garantir espaços políticos na sociedade atual, a fim de que suas diferenças, e seus direitos, sejam respeitados e cumpridos.

Lutas, Resignificação e Resistência: a imagem do índio em sua própria descrição.

Os povos indígenas trazem em sua trajetória de organização cultural e social, muitas características que ao longo do tempo têm sido ressignificadas. Entre estas está a necessidade do registro verdadeiro, seja verbal ou não do seu processo de luta, ações realizadas na comunidade ou até mesmo das diversas manifestações de sua cultura. Seguindo este viés, é necessário encontrar meios para que esse registro constitua um conjunto de informações relevantes, responsáveis por fortalecer a vivência coletiva, a busca pelos direitos e possa sensibilizar cada vez mais indivíduos em relação à valorização dos saberes tradicionais e a importância desses processos históricos no estado atual em que os povos indígenas se encontram.

É necessário viabilizar ao nativo a oportunidade de contar a sua própria história, de acordo com sua vivência, permitindo a manifestação de seu olhar na historiografia de seu povo. Pois, o registro fotográfico, escrito ou verbalizado tem, portanto, um valor substancial nesse contexto sendo responsável por registrar o cenário do passado e do presente permitindo a manifestação do olhar indígena sobre a sua própria realidade.

Assim,

Ao nos debruçamos sobre um itinerário longo e permeado por inúmeras fotografias sobre indígenas brasileiros desde o século XIX aos dias de hoje, podemos cair em uma armadilha inescapável de uma generalização inconsistente. [...] as imagens são referenciadas e elevadas à condição simbólica, as escolhas se darão dentro do campo de conjuntos importantes para a formação e alimentação imagética da imagem do índio brasileiro [...] (TACCA, 2011, p 45).

Em consequência dessa produção imagética⁷, a invisibilidade do indígena na atualidade foi projetada para então afirmar diante das transformações sociais que a presença de povos nativos “verdadeiros” é divergente com todo o contexto histórico ocorrido. Assim, quando se pensa uma comunidade indígena, atribui a esta, elementos do passado. Pensa-se um povo de costumes rudimentares, massacrados, e com uma riqueza de informações antropológicas. Pois, trata-os apenas como um acervo de elementos primitivos.

⁷ Que advém da imagem e revela imaginação.

Com isso, as populações nativas resistentes, em especial do nordeste estão compreendidas na sociedade dominante regional como povo “inventado ou falsificado”. Em virtude desse processo intenso de desvalorização, mesmo se auto-identificando como povo etnicamente diferenciado e sendo identificado por seus semelhantes como indígenas, sofrem constantemente circunstâncias de discriminação.

Em contraste com as afirmações, as composições étnicas estão cada vez mais organizadas em prol da luta por seus direitos, contrapondo esse imaginário alusivo da presença indígena. E, entre os desafios defrontados, permeia a busca constante pelo reconhecimento dos direitos instituídos na constituição de 1988. “Como povos resistentes, esses grupos históricos ocupam, na atual conjuntura do indigenismo oficial, espaços étnicos que revalidam sua existência, visando a conquista do reconhecimento de direitos”. (AMORIM, 2010, p.53,54).

Assim, em contraposição as revelações figuradas nos manuais didáticos ou no imaginário da população majoritária não indígena, depõe um indígena do povo Koiupanká, sobre sua própria descrição referente ao processo de percepção do indígena no meio em que vive.

O nosso dia-a-dia, não corresponde com as transcrições reveladas nas páginas dos livros quando falam do indígena brasileiro. Tão pouco, com o que descrevem os não indígenas da nossa sociedade. Pois quando falam de nós povos, falam de uma forma geral, como se vivêssemos ainda nas matas sobrevivendo da caça e da pesca como nossos antepassados. Nós, povos indígenas do nordeste não possuímos as características físicas dos nossos ancestrais. Porém, somos povos resistentes etnicamente, vivemos a nossa cultura o nosso costume e nossas tradições. Nos identificamos enquanto povo e por isso somos discriminados pela sociedade não indígena. Sendo assim, sofremos no processo de luta pela identificação dos nossos territórios. Que o governo insiste não reconhecer. (E.F.S. 38 anos),

Nesta perspectiva, analisando a abordagem do livro de História da Educação de Maria Lúcia de Arruda Aranha, edição de 1996, é impactante ler a análise que a autora faz a educação escolar indígena, e a descrição que compõe aos povos nativos.

Antes, porém veremos por que ainda não há necessidades de escolas nas comunidades tribais. Por diversos motivos é muito difícil dar as características gerais desse tipo de sociedade. [...] Sob essa perspectiva, diríamos: as sociedades tribais *não* têm Estado, *não* têm Classes, *não* têm escritas, *não* têm comércio, *não* tem história, *não* têm escola. (ARANHA, 1996, p 26).

Neste contexto, evidência a posição filosófica no âmbito educacional no que referência à temática indígena. A abordagem da citação é relativa a educação escolar nas comunidades, o que não é difícil de se imaginar como é realizada a formação pedagógica tratando-se desta temática, por esta visão. No decorrer das afirmações deliberadas a fim de justificar a não necessidade da educação escolar indígena, a Aranha, (1996) faz alusão a tradicionalidade oral

dos povos, as relações com a natureza e o sobrenatural, nesta ótica faz uma apreciação ao nativo como guerreiro e atribui a este adjetivo, valores como objeto de educação. Descartando a carência da formação escolar dentro das comunidades indígenas.

Entretanto, o conjunto de estereótipo antes mencionado disserta uma contrariedade no ensino da historiografia indígena, onde o aluno pertencente a um povo etnicamente diferenciado não concerne às acepções proferidas no ensino regular.

Em vista disso, o aluno indígena S.S.S (16 anos), revela em síntese sua experiência em ter estudado em uma escola não indígena da rede municipal. Destacando o quanto é importante a escola indígena, para o fortalecimento de suas raízes, e mencionou o quanto a realidade estudantil fora da comunidade é divergente a sua concepção de mundo.

Aqui a gente aprende a verdade, desde criança, a verdade!” Disserta o educando. Acrescentando que - Lá, o “cara”⁸ fica em outro planeta, como se tivesse mudando a história, mudando a sua história, você sabendo que não era a verdade, mas eles tenta, tenta passar para os alunos que é assim, assim, assado. [...] Me sentia uma pessoa de outro mundo, pois tinha coisas que falavam que eu sabia que não era verdade, mas, se eu tentasse julgar ou comentar sobre, eu ia ser só um contra de 60 ou 70 alunos, eu não ia conseguir tentar mudar a mentalidade do professor, eu não ia conseguir! Por isso que eu ficava calado, no meu canto só escutando eles mudarem a minha história. (S.S.S. 16 anos).

O discurso do educando a cerca da Educação Escolar dentro de sua comunidade, evidência o conforto em assimilar a historicidade indígena sem a depreciação fundamentada, nos manuais didáticos, uma vez que a história é contextualizada com a realidade em que está inserido.

Neste cenário, o mesmo traduz como é visto pela sociedade não indígena.

Me vejo, como uma pessoa de outro planeta, considerado pela maioria das pessoas como coisa que não presta, que índio não presta, que é canibal essas coisas, sempre fica um olhar diferente para a pessoa. [...] Na sala de aula, sempre tem aquelas brincadeirinhas é porque índio, porque índio gosta disso, índio é aquilo, o cara sempre fica excluído. Então você fica sempre ouvindo aquelas críticas, preconceitos naquelas brincadeiras que fica limitado só a ficar calado. (S.S.S. 16 anos).

As afirmações descritas na narração acima apontam o reflexo da explanação que é realizada em sala de aula pelo prosseguimento restrito ao livro didático. O aluno indígena relatou a estranheza no cumprimento metodológico da escola, que é provedora das informações contraditórias a sua ótica. Neste âmbito, elucida a incapacidade de transformar o enredo que se edifica diante de seus olhos. Observa-se, portanto, que o preconceito apregoado é proveniente deste campo visual que foi intitulada a história indígena.

⁸ Gíria utilizada para referenciar o indivíduo, neste caso a ele mesmo.

O povo Koiupanká: o vivido e o relatado.

Considerando a necessidade de conhecer as (in)diferenças referidas pela maioria da população inhapiense, relacionada aos povos originários e resistentes do referente município, é que nasce da inquietude a reflexão sobre a invisibilidade dos povos indígenas desta mesma localidade.

Visto que a pequena cidade de Inhapi, localizada no Alto Sertão de Alagoas, a uma distância de 285km da capital do estado, tendo uma área territorial de 373,388km², e população estimada de 18.535 habitantes, segundo (Diário Oficial da União - 28/08/2014 - IBGE/2010), possui registro histórico em fontes como: blogs⁹ e IBGE a partir de 1902, quando a família Moreira constrói suas primeiras residências, neste mesmo ano outras propriedades foram implantadas como exemplo, a de Margarida Vieira. E, de acordo as mesmas fontes de pesquisa, no período referido fora construída uma capela em reverência a esposa do Sr. José Miguel, que muito doente faleceu na localidade debaixo de uma árvore, no momento em que passava por estas terras e lá mesmo foi enterrada. Edificada a obra o Sr. José Miguel pouco tempo depois deixou a região.

Contudo, em 1883 Ancelmo Bispo¹⁰ e seus irmãos migraram do povo Pankararu, do aldeamento Brejo dos Padres, de Tacaratu – PE, rumo a estas terras, em busca subsídios para sobrevivência. Instalaram-se no local onde ainda era apenas um roçado¹¹ propício para cultivar agricultura, e onde pudessem reproduzir-se culturalmente. Pois, o espaço territorial era favorável a caça, pesca, cultivo de milho, mandioca etc. (VIEIRA, 2010 p. 20)

Neste contexto, os indígenas oriundos de Pankararu permaneceram na localidade resistindo as discriminações e perseguições, dando origem posteriormente ao povo Koiupanká.

Assim segundo Vieira, (2010).

O povo Pankararu mantém contato com a sociedade nacional há mais de 400 anos. [...] Há notícias dos últimos remanescentes indígenas que viviam selvagens no sertão de Pernambuco, sendo cristianizados, no início do século XIX, por Frei Vide Frescarolo, num lugar conhecido como Brejo, nas ribeiras do Moxotó. (Silva, 2007 p. 66 *apud* Vieira, 2010 p. 09) [...] A presença dos colonizadores provocou a desocupação compulsória dos povos de seus territórios tradicionais e, conseqüentemente, a desestruturação das organizações sociais, políticas e étnicas. Os povos foram obrigados a se refugiarem em outros espaços estranhos ao seu habitat. (VIEIRA, 2010 p. 12)

⁹ Site de Informações do Município. INHAPI INFORMES.

¹⁰ Patriarca do Povo Koiupanká, vindo do povo Pankararu em 1883.

¹¹ Lugar onde a vegetação é nativa. Nome pelo qual se conhecia a localidade antes de ser nomeado INHAPI. Nome dado atualmente a uma das aldeias do povo Koiupanká.

Neste contexto, percebe-se que havia a presença de indígenas na localidade antes da instalação das primeiras residências de acordo Roberto Oscar em blog – Inhapi Informes e IBGE, o nome da cidade de *Inha-pi*, traz uma proveniência indígena que foi assim denominado através de símbolos encontrados em pedra, e posteriormente traduzidos pelo Sr. Valfredo Lisboa Prudente Guerra, já falecido, que a traduziu como pinturas indígenas chamando *inha - água* e *pi - pedra* significando “buraco na pedra” qualificação relacionada a uma Lagoa existente, que tem como característica “água sobre pedra”.

Entretanto, a população indígena oriunda de Pankararu, optou por viver no anonimato devido a perseguição sofrida naquela época. Logo, os rituais eram praticados secretamente.

Com a chegada dos coronéis à região, os Koiupanká foram expulsos da terra e forçados a trabalhar nas fazendas e usinas. Como consequência, os rituais que eram praticados regularmente, começaram a sofrer perseguição e foram considerados extintos. (VIEIRA, 2010 p.20).

De acordo relatos IBGE – 2010, Inhapi foi desmembrada de Mata Grande, município a quem pertencia através da Lei 2.469 de 22 de Agosto de 1962, acontecendo a instalação oficial no mesmo ano. O povo Koiupanká por sua vez só teve o reconhecimento étnico em Maio de 2003, no “I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta Pelo Reconhecimento Étnico Territorial” em Olinda – PE, onde junto aos povos Kalankó, karuazu e katókin lutaram pelo reconhecimento étnico - territorial. Neste mesmo encontro foi assinado um documento junto a FUNAI rezando o reconhecimento da etnia como povos resistentes.

Nos dias atuais, esses povos vêm sendo agrupados sob novas denominações, procurando garantir espaços políticos de forma mais humana. Nesse processo de “humanização”, a participação da população em geral é ainda muito incipiente. (AMORIM, 2010 p 48).

Partindo desses pressupostos, procuramos compreender a invisibilidade indígena perante a sociedade inhapiense na atualidade. Mesmo com a permanente vivência da sociedade com os originários, o auto reconhecimento social da comunidade indígena, organizada em três aldeias: Roçado, Baixa do Galo e Baixa fresca a grande maioria da população não reconhece o indígena local como “*índios verdadeiros*”. Visão firmada pela concepção presente nas informações padronizadas nas páginas dos livros didáticos ou na visão preconceituosa de alguns fazendeiros e autoridades da época em que a cidade foi povoada.

Sendo assim, para que possamos veementemente compreender acerca desta prerrogativa, sondamos populares do atual município de Inhapi. Tivemos a participação de 200 munícipes para obtenção do resultado abaixo, descrito em gráfico. A pesquisa se deu pela

abordagem pessoal, com a seguinte indagação: Você tem conhecimento da presença de povos indígenas em Inhapi?

O gráfico abaixo apresenta o reconhecimento da sociedade inhapiense ao povo Koiupanká. Onde, 19% dos populares conhece o povo indígena local pessoalmente, reconhecem, portanto a autenticidade histórica e o processo de aculturação que foram submetidos. 23% dos entrevistados relevam-se conhecedores da existência dos povos originários através de relatos históricos orais, informações de eventos culturais ocorridos nas aldeias e através de pesquisas escolares. No entanto, 58% dos pesquisados declaram-se totalmente desconhecedores da presença de povos etnicamente diferenciados na localidade.



A ignorância dos populares, referente à existência de povos indígenas no município é justificada pela imagem estereotipada difundida nos livros didáticos como foi ressaltado anteriormente. Pois, muitos populares acreditam que o indígena foi abolido da sociedade brasileira pelo processo de desenvolvimento e os poucos nativos sobreviventes a esse sistema encontram-se isolados nas matas.

Vale ressaltar que o anonimato e a preservação étnica e cultural praticada pelo povo Koiupanká ao longo de muito tempo, também favoreceu o desconhecimento da sociedade não indígena. No entanto, o povo Koiupanká resistiu ao choque colonial, lutou pelo reconhecimento oficial de sua etnia e diante da conquista busca o respeito e o cumprimento da lei constitucional sobre seus direitos.

Nesta perspectiva, os estigmas e discriminações que estão submergidos não possuem mais um poder devastador sobre sua organização étnica, uma vez que organizados, estão consolidados no processo identitário construído socialmente. Portanto, considerando as adversidades o povo Koiupanká conseguiu resistir mantendo seus costumes e tradições a partir de um processo intenso de lutas, resistências e ressignificações.

Em nível de organização, mantém tradicionalmente uma reunião mensal sempre no primeiro domingo do mês, exclusiva aos membros da comunidade para discutir pontos de pautas referentes a Educação Escolar, Saúde e Territorialidade, assim como assuntos internos

de organização cultural. As tradições religiosas são mantidas rigorosamente o que tem intensificado o processo de afirmação identitária e autonomia frente a sociedade não indígena.

Quanto a escola indígena, exerce fundamental papel na formação dos koiupanká no que diz respeito a vida em sociedade criando oportunidades de valorização das tradições culturais fortalecendo os vínculos identitários. A base teórica e metodológica da escola indígena é a história e realidade de cada povo não limitando-se ou priorizando os materiais didáticos enviados pelo governo.

Para os Koiupanká a principal fonte de conhecimentos é a própria experiência vivida e os saberes científicos podem ser adquiridos de diferentes maneiras, mas desde que haja um olhar crítico sobre tudo que escrito e lido e assim não haja verdades absolutas, além de incentivar a elaboração própria de materiais de acordo as especificidades de cada contexto vivido.

A disciplina de História de Identificação é na Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza o resultado da compreensão de que o currículo deve atender as demandas do povo, e deve contemplar os assuntos inerentes a ele e todo esse processo de vivência e ressignificação social e cultural rompe as barreiras preconceituosas impostas pelo estado e sociedade ao longo do tempo desde o processo de colonização.

O aluno indígena tem, portanto, a liberdade de conhecer sua própria história, de auto afirma-se como indígena e povo ao qual pertença desmistificando rótulos e sendo protagonista nas lutas pelos direitos e na construção de sua própria imagem.

Conclusão

A partir do referencial teórico e da pesquisa de campo utilizada como base para o desenvolvimento dessa pesquisa, constata-se que o processo de ensino aprendizagem referente à historiografia indígena imprimiu sobre a população inhapiense um estereótipo estigmatizado alusivo às características físicas e comportamentais dos nativos. O que implicou no não reconhecimento da presença de povos indígenas nestes territórios.

Sendo o livro didático uma das principais ferramentas de ensino nas escolas percebeu-se que seu conteúdo em relação aos povos indígenas do Brasil não é condizente a realidade, está limitado ao período de colonização e esse aspecto influencia diretamente na formação das pessoas e na visão preconceituosa em relação aos povos ignorando todo um conjunto de organização política, religiosa, social e cultural de cada povo neste país imenso e pluriétnico.

A pesquisa mostrou que maioria da população faz alusões comparativas aos indígenas figurados nos manuais para descreverem a autenticidade dos povos indígenas atuais, residentes nas aldeias Baixa Fresca, Baixa do galo e Roçado. Nesta perspectiva, este trabalho foi de suma importância para incitação a reflexão da presença resistente do indígena local, e conseqüentemente para a desmistificação estereotipada. Além de ter nos permitido a investigação de percepção da sociedade inhapiense aos nativos.

Por fim, o reconhecimento da sociedade dominante aos nativos brasileiros nas suas especificidades só será possível quando a educação de fato contribuir com essa mudança de concepção errônea que foi padronizada e concebida, dando ao indígena o lugar de protagonista na história e não de ícone exótico para exposição. Por isso, se faz necessário no sistema político pedagógico escolar uma conexão de saberes tradicionais e científicos, para que a socialização do ensino de história envolva a realidade de cada povo.

Este artigo nasceu da inquietude e reflexão quanto à invisibilidade de um povo que a sociedade dominante tenta exterminar diante do sistema de globalização que involuntariamente estão inseridos. Assim, dedico este trabalho a todas as pessoas sensíveis e comprometidas com a causa indígena em todas as especificidades, educacionais, territoriais e humanitárias. E, em especial a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Siloé Soares de. **Resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão Alagoano, os Kalankó, os Karuazu, os Katökinn e os Koiupanká**. Porto Alegre: UFRS, 2010.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2.ed.rev. e atual. São Paulo: moderna, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 2005.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História da sociedade & cidadania imagem**. Edição reformulada, 6º ano, 2. Ed – São Paulo: FTD, 2012.

CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. Visões de terras, canibais e gentios prodigiosos. **In ArtCultura**, Uberlândia, v12, n21, p. 35-53, jul.dez 2010.

CARTILHA cultura viva Koiupanká. Histórias do Povo Indígena Koiupanká-Inhapi/Al. Inhapi, Dezembro de 2007

CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina. **Oficina de história**. São Paulo: Leya, 2013. (Vol.1).

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. Imagens Contraditórias e Fragmentadas: sobre o Lugar dos índios nos Livros Didáticos. **In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: INEP v.77, n.186, p. 409-437, maio/ago. 1996.

Inhapi no IBGE. Disponível em:

www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=270330&search=%7Cinhapi acesso em 10-04-2015.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

Lei 11.645. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm acesso em 03-02-2015.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **Historia**. Curitiba: Positivo, 2013. v 2 : il.

MOREAU, Filipe Eduardo. **Os índios nas cartas de Nobrega e Anchieta**. São Paulo: Annablume, 2003.

OSCAR, Roberto. História de Inhapi. www.inhapiinformes.com.br acesso 03. Mar. 2015.

TACCA, Fernando de. **O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.191-223. Disponível em www.scielo.br/pdf/hcsm/v18n1/12.pdf acesso em 15-05-2015.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. **Povos do sertão de alagoas**: Confinamento, diáspora e reterritorialização. In Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Volume 8 | jul-dez de 2010.